

Nome: Federação de Ginástica de Portugal
Email: engym.info@netcabo.pt

Contributo:
INTRODUÇÃO

A Federação de Ginástica de Portugal (FGP) é uma instituição que ao longo dos seus 55 anos de vida foi crescendo e firmando a sua posição no desporto português, sempre com a preocupação de contribuir para a saúde e melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da prática gímnica e de uma boa representatividade Portugal no estrangeiro.

É das poucas instituições desportivas que intervém regulamentando, promovendo e apoiando, actividades, disciplinas, projectos e serviços, nos três sectores da prática desportiva, ou seja, o Formal, o não Formal e o Informal. Bem como é das poucas Federações que abarca no seu seio práticas tão diversas que respondem às necessidades de toda e qualquer faixa etária da população e a todos os níveis de prática.

Sendo uma federação unimodalidade por definição, é na realidade constituída por 4 disciplinas competitivas distintas, 1 grande subuniverso de práticas não competitivas ou ginástica geral, além de outras actividades e projectos tão diversos, como o Play GYM, o Team Gym, uma Escola Nacional de Ginástica organizadora de centenas de actividades de formação nos últimos anos, protocolos com entidades diversas, organizadora e gestora de grandes eventos desportivos europeus e mundiais com resultados positivos e marcantes, além de ser uma das federações mais activas no relacionamento com a sociedade através da prestação de serviços que complementam o financiamento do sistema que coordena.

Gostaríamos de frisar que o nosso contributo neste Congresso tem como grande objectivo, ajudar nas alterações que julgamos necessárias para a sobrevivência da malha desportiva gímnica, das instituições que o desenvolvem e da própria federação, como estrutura que regula, desenvolve e apoia a prática aos seus associados (as Associações) e através destes, os associados deles (os Clubes).

As preocupações e análises expressas no presente documento têm como base, uma vasta experiência dos seus dirigentes e técnicos em todos os níveis de intervenção das estruturas gímnicas, tenha sido como ginastas, como técnicos, como dirigentes de clubes, como dirigentes de associações distritais, ou como dirigentes de federações nacionais, europeias ou mundiais. Ainda e também como em variados níveis de gestão da Administração Pública Desportiva (APD), de instituições académicas, empresariais e de organismos governamentais e não governamentais.

A nossa posição veicula uma posição da Direcção da FGP e não das nossas Associações Distritais e / ou Clubes.

Os caminhos e propostas apresentadas, são baseados em pressupostos que promovem a nossa modalidade, objecto do nosso Estatuto e eventualmente de outras federações, mas que têm como base as nossas preocupações fundamentais, formas de execução e de rentabilização de gestão, bem como actividades que vimos "desbravando" com alguns resultados.

Gostaríamos que o Governo e a APD, responsáveis por este período de reflexão que é o Congresso Nacional do Desporto, definisse e esclarecesse efectivamente, qual é a sua posição, metodologia de análise dos contributos agora apresentados e quais são as suas perspectivas de actuação no que concerne a decisões posteriores a este momento. Tal como foi afirmada na sessão de abertura do congresso, estes contributos servirão para basear tomadas de decisão sobre as temáticas abordadas, sabendo que existe um passado e que não se está a partir de uma "base zero" como foi referido pelo Sr. Ministro de Presidência na abertura do Congresso.

Mas as futuras decisões políticas serão tomadas, tendo em conta que factores e com que critérios?

- Na quantidade de pontos de vista coincidentes sobre certas matérias?
- Em posições de preponderância ou de influência do emissor da opinião?
- Em resultados de estudos posteriores para validar hipóteses propostas?
- Numa análise política conjugada de todos os factores?

Servirão essas medidas a tomar para quê?

- Dar efectiva capacidade de autosustentabilidade de gestão às entidades do sistema?
 - Estabelecer novas regras para a APD?
 - Provocar (r) evoluções na organização do sistema desportivo?
 - Ouvir, para ponderar e amadurecer a posição a tomar pelo Governo?
- Criar comissões posteriores para estudar, analisar e propor medidas que por sua vez terão que ser analisadas e ponderadas na sua viabilidade orçamental?
 - Alterar a Lei de Bases do Desporto, como um fim em si próprio?

Saberá o Governo após uma miríade de opiniões, cada uma a representar quem a emitiu, destrinçar uma linha de rumo, conseqüente, justa e de desenvolvimento, longe do ruído de fundo que se vai manter para lá dos horizontes temporais do Congresso?

Gostaríamos ainda de ver esclarecido, que tipo de responsabilidade ou de representatividade foi atribuída a cada um dos oradores convidados para cada uma das sessões do congresso. Igualmente, os oradores da sessão de abertura, nas posições que assumiram perante os temas que lançaram, falaram em seu nome próprio ou fizeram eco de alguma preocupação da APD?

Os temas em que o Governo dividiu didacticamente o Congresso, são quanto a nós um primeiro indiciador desse caminho, mas quais são as suas teses?

Estas questões, em nosso entender serão aquelas que se não forem bem esclarecidas e assumidas pelos organizadores antes de qualquer conclusão deste congresso ser emitida, ditarão o possível fracasso e o isolamento dessas mesmas conclusões, as quais deverão ser nesse caso muito pouco assumidas.

Se estas questões e outras que se julguem pertinentes, não estiverem bem apresentadas e explicadas atempadamente, os resultados efectivos deste período, poderão ser quaisquer uns, para atingir uns quaisquer outros objectivos, podendo servir intuitos mais ou menos nublados, ou ainda puderem vir a justificar algumas medidas pouco fundamentadas ou de resistência à mudança, baseadas em conceitos e interesses pouco representativos, quantas vezes presentes no Desporto.

A Federação de Ginástica de Portugal quer melhorar o nível de gestão e de rentabilização dos recursos a que com todo o mérito tem direito. A FGP quer melhorar o nível de prática e de resultados dos seus ginastas e aumentar o nº dos praticantes das suas disciplinas, actividades e projectos.

A Federação de Ginástica de Portugal sabe que pode ser um parceiro efectivo da APD e do Governo para elevar o nível de qualidade dos serviços desportivos do seu universo de entidades e recursos e que podem ser uma ferramenta para ajudar o Governo e a APD a atingir os seus anseios e objectivos de massificação de prática desportiva e melhoria da condição física dos Portugueses, saindo de uma posição Europeia última, que infelizmente vem ocupando desde há um século.

Assim sendo, e tendo em atenção estes aspectos, apresentamos com todo o empenho, alguns contributos que julgamos pertinentes, numa iniciativa, o Congresso do Desporto, que consideramos oportuna e justificada.

TEMA 5 - REFORMA DO SISTEMA DESPORTIVO

Somos da opinião que passe novamente a existir um "Sistema" Desportivo que integre os seus diversos sub-Sistemas. Devidamente espelhado numa Lei de Bases do Sistema Desportivo e não só uma Lei de Bases do Desporto.

Que este Sistema mantenha no seu seio uma Componente Governamental e uma Componente Não Governamental.

Que a base deste Sistema continue a ser a estrutura piramidal, Clubes, Associações e Federações.

Que a ordem hierárquica desportiva deva continuar a seguir a ordem hierárquica política, administrativa e financeira do Estado.

A relação no âmbito do financiamento deveria espelhar a relação entre os vários níveis hierárquicos, onde as federações seriam financiadas pela Administração Central e as associações em complemento às regras federativas, para desenvolvimento de intervenções e de projectos locais, poderiam candidatar-se e receber reforços de verbas por parte das Delegações Regionais do IDP.

Alterar este modelo é praticamente impossível pelo respeito à liberdade de associação consagrada na Constituição da República Portuguesa.

Esta nossa posição tem por base a experiência vasta dos nossos dirigentes e colaboradores, mas também o conhecimento em primeira pessoa, de trabalhos e estudos efectuados no âmbito do Conselho da Europa, para a alteração, reforma e adequação às novas necessidades dos sistemas desportivos de outros países, que se viram perante os desafios da modernidade e da adaptação para o futuro.

Mas colocamos a questão. - O Estado quer ser menos Estado no seu funcionamento futuro?

Se sim, então todos nos disponibilizamos a trabalhar para esse fim.

Onde quer então o Estado intervir? Qual é o "core business" do Estado e da APD?

O que poderá e quererá vir a delegar e para que instituições?

Como e com o que virá a apoiar as instituições que passem a aplicar as funções a delegar?

E essas instituições, depois de definidas quais as possíveis, estarão preparadas e receptivas para receber essas delegações de competências, responsabilidades e autoridade?

Não seria também o momento de analisar as funções exercidas por diversas entidades e pensar sobre uma junção de sinergias e estruturas, entre algumas para potenciar, rentabilizar, aligeirar e melhorar o seu resultado final?

Também nesta reforma se deverá analisar e reforçar a necessidade de articular a efectiva ligação entre o Desporto Federado, o Desporto Escolar e o Desporto Autárquico. Sem deixar de abordar a colaboração dos Sistemas de Desporto Universitário, Desporto Militar e Desporto de Trabalhadores.

Finalmente, somos da opinião que o Estado deveria tomar em atenção o potencial que algumas Federações apresentam para o desenvolvimento de projectos de massificação da prática física. Se se analisar a intervenção da Federação de Ginástica de Portugal, da Federação Portuguesa de Natação e da Federação Portuguesa de Atletismo, nas áreas de actividades de recreação (não competição), onde estão incluídas as práticas gímnicas de ginástica geral, actividades do universo Fitness e de desporto para todos, no caso da FGP.

A população potencialmente praticante destas três áreas de actividade não competitiva, Ginástica, Natação e Atletismo, facilmente atinge de uma forma quase imediata 30 a 40 da população total de Portugal. Um projecto de massificação devidamente adequado às diferentes faixas etárias e suas motivações, a curto ou médio prazo, poderia alterar o panorama da prática desportiva da população portuguesa.